POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS PARA A EQUIDADE: UM ESTUDO SOBRE O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS*

PUBLICS AND SOCIAL POLICIES FOR EQUITY: A STUDY OF THE UNIVERSITY FOR ALL PROGRAM

RESUMO

Este ensaio buscou analisar o contexto de surgimento, implantação e o impacto do Programa Universidade para Todos (ProUni) como política pública e social de acesso ao ensino superior no Brasil. Pela perspectiva da *policy analysis*, realizou-se: o estudo contextual de discussões que impulsionaram a elaboração de políticas equitativas voltadas a esse nível de ensino; a análise do funcionamento do ProUni e suas implicações no campo educacional; e o estudo dos processos de redução de pobreza, de *empowerment* e de estigmatização desses alunos. Para tanto, foram consultadas diferentes bases de dados e realizadas 18 entrevistas. Políticas como o ProUni implicam a redistribuição de recursos, a redução de privilégios de acesso ao ensino superior, e suscitam resistências que podem ser verificadas no interior das instituições.

PALAVRAS-CHAVE ProUni, equidade, campo educacional, estigma, *empowerment*.

Bruna Cruz de Anhaia bruna.anhaia@ufrgs.br e bruna.anhaia@hotmail.com
Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Mestranda em Sociologia e graduanda em Políticas Públicas na UFRGS; bacharel em Ciências Sociais pela mesma universidade; realizou um período de graduação sanduíche na Universidade do Porto, Portugal
Integrante do Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU Sociologia/UFRGS).

Artigo submetido no dia 26.09.2011 e aprovado em 28.05.2012

ABSTRACT *This paper searched to analyze the creation context, implantation and impact of the Program University for All (ProUni) as one public and social politics to access higher education in Brazil. Through the perspective of policy analysis was realized: the contextual study of discussions that had stimulated the elaboration of equity politics directed to this level of education; the functioning analysis of the ProUni and its implications in the educational field; and the poverty reduction processes studies, of empowerment and stigmatization of these students. Different databases had been consulted and had been made 18 interviews with scholarships holders. Politics like ProUni resulted in resources redistribution, in privileges reduction in access to the higher education and resistances can be perceived in the higher education institutions.*

KEYWORDS *ProUni, equity, educational field, stigma, empowerment.*

* Este artigo recebeu menção honrosa na categoria Mestre da 3ª edição do Prêmio Políticas Públicas e Equidade: avanços práticos, promovido pelo Centro de Estudos em Administração Pública e Governo da Fundação Getulio Vargas de São Paulo, com apoio da Fundação Ford.

Esta obra está submetida a uma licença Creative Commons

APRESENTAÇÃO

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2009, ainda que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nacional tenha apresentado um crescimento constante ao longo da década, o Brasil continuava a situar-se entre os países mais desiguais do mundo (PNUD, 2010). No que se refere à educação, de acordo com o relatório do Observatório da Equidade do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), o nível de escolaridade da população brasileira é baixo e desigual. Esse quadro é marcado, entre outros fatores: pelo acesso restrito à educação infantil de qualidade; pelos níveis insuficientes e desiguais de desempenho e conclusão do ensino fundamental – com menores possibilidades de acesso para alunos portadores de deficiência –; pelos níveis baixos de acesso, permanência e conclusão do ensino médio; e, pelo acesso restrito e desigual ao ensino superior (CDES, 2009).

Apesar da expressividade do sistema nacional de ensino superior, em 2006 a taxa bruta de matriculados no Brasil mantinha-se como uma das menores no continente latino-americano. No país, a porcentagem era de 23,8%, enquanto a média da América Latina era de 31,7% (IBGE/PNAD, 2007; SEDLAC, 2006). Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009, apenas 30,3% dos jovens entre 18 e 24 anos estavam estudando. Importante ressaltar que, apesar de ser esta a faixa etária recomendada para a realização de estudos no ensino superior, pouco menos da metade do percentual dos estudantes – ou seja, 14,7% desses jovens – estavam frequentando esse nível de ensino. Outros 11,9% dos jovens de 18 a 24 anos estavam cursando o ensino médio e 3,7% encontravam-se frequentando o ensino fundamental (IBGE/PNAD, 2009). Quando analisada mais profundamente a composição do quadro de estudantes de ensino superior, os dados evidenciam também uma grande desigualdade de acesso à educação por rendimento familiar.

De acordo com a mesma pesquisa, em 2009 mais da metade dos estudantes do ensino público e privado eram provenientes de famílias com os rendimentos mais altos – o 5º quinto de renda (50,9% e 53,3%, respectivamente). Os estudantes provenientes de famílias com os rendimentos mais baixos, 1º quinto, correspondem a 3,4% dos estudantes no ensino público e 1,5% no ensino privado. Nesse sentido, é possível afirmar que persiste no Brasil:

> [...] uma pirâmide educacional profundamente perversa, que só permite que uma fração muito pequena de estudantes tenha acesso à educação superior. Isto agora se mostra como o maior empecilho a suas perspectivas futuras. (NEVES; MORCHE; ANHAIA, 2009, p. 2).

O aumento do número de estudantes nesse nível de ensino, entretanto, pode-se dar não apenas pela criação de novas vagas, mas também pelo melhor aproveitamento daquelas já existentes – alternativa cuja principal vantagem é a possibilidade de sua implementação a curto prazo. Segundo dados do INEP, em 2004, 6,89% das vagas do ensino superior público em graduações presenciais estavam ociosas, e chegavam a 49,51% de ociosidade no setor privado (MEC/INEP, 2004). Foi pensando na necessidade de aproveitá-las e de aumentar o controle fiscal sobre as instituições de ensino superior (IES) filantrópicas – que recebiam a isenção de impostos com base no número de bolsas de estudo oferecidas, por elas declaradas –, que o governo federal criou, em 2004, o Programa Universidade para Todos (ProUni).

O Programa tem por objetivo oferecer bolsas de estudo no setor privado, onde se encontra grande parte das vagas a serem ocupadas, e busca

(cc) BY-NC-ND

atender a população de baixa renda – contando, ainda, com a reserva de vagas por cor declarada. Desse modo, sua criação surge como uma proposta para a resolução de três grandes problemas: (1) o baixo aproveitamento de vagas no setor privado; (2) a necessidade de se atingir maiores percentuais de alunos no ensino superior; e (3) o pequeno acesso dos estudantes de baixa renda e pertencentes a minorias a este nível de ensino. Ressalta-se, assim, a importância de analisá-lo.

O PROUNI COMO OBJETO DE ESTUDO E OS MÉTODOS DE ANÁLISE DE DADOS

Na literatura corrente sobre o Programa, observa-se a preponderância de estudos que versam sobre a sua política fiscal – muitas vezes, englobando os argumentos críticos por entenderem o ProUni como um indicador de privatização da educação superior brasileira –; alguns trabalhos que realizam descrições gerais sobre o funcionamento dessa política; e, estudos que buscam inserir o Programa em um contexto de redefinição de agendas de políticas de inclusão social nos mais variados níveis (econômico, cultural, etc.) (ALMEIDA, 2006; CARVALHO, 2006; CATANI, GILIOLI, 2005; ANDRÉS, 2008; SEGENREICH, 2009; TEOTÔNIO, SILVA, 2006).

Em menor medida, citam-se, ainda, pesquisas que buscam articular as questões de acesso e permanência a esse nível de ensino englobando a perspectiva dos alunos beneficiários. O resultado desse estudo é a complexificação da discussão sobre o Programa, com ganhos na compreensão sobre possíveis limitadores do sucesso da política no interior das IES e dos potencias de mudança nas expectativas de vida futura desses alunos (APRILE, BARONE, 2008; NEVES, MORCHE, ANHAIA, 2009; SOTERO, 2009).

No presente estudo, buscou-se articular a análise do Programa em duas diferentes dimensões (macro e micro), perpassando, portanto, pela exposição e discussão de dados oficiais, bem como pela perspectiva dos alunos beneficiários por essa política. Tal opção justifica-se pelo entendimento de que é necessário compreender o alcance do ProUni ao nível nacional, porém sem deixar de analisar os processos micropolíticos no interior das IES, resultantes de sua implementação. Decorre daí a ampliação do potencial de compreensão do Programa, uma vez que, para Elias e Scotson (2000), os dados podem ser estatisticamente significativos sem ter significação sociológica, ou mesmo podem ser sociologicamente significativos sem ter significação estatística.

Nesse sentido, na perspectiva de análise do ProUni, buscou-se uma aproximação com a *policy analysis* que o estudo sugere: (a) do grau de influência das estruturas políticas (*polity*); (b) dos processos de negociação política (*politics*); e (c) do resultado material concreto (*policy*) (FREY, 2000). Essas etapas estão representadas neste trabalho, respectivamente, pelo estudo: (a) dos debates travados por grandes órgãos de pressão em torno da necessidade de promoção da equidade no setor educacional, tais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco); (b) do contexto de surgimento do Programa, regras de funcionamento e articulação com outras ações; e (c) da análise do impacto ocasionado pela criação e implantação do ProUni, nos níveis nacional e institucional. Como fundamentação teórica da discussão, optou-se pelo aporte sociológico.

Entendemos, assim, que a população beneficiada pelo Programa se encontra na situação de pobreza de cidadania, caracterizada pela impossibilidade de apropriação de determinados bens – no caso, a educação superior privada (FERNANDES, 1991). Pautado pela tentativa de oferecimento de melhores condições a essa população, o ProUni é guiado no sentido de promover a equidade – ou

(cc) BY-NC-ND

seja, de garantir que todos tenham oportunidades adequadas, guiado no sentido de uma diminuição ou abrandamento das desigualdades socioeconômicas e raciais que determinam e diferenciam as oportunidades de acesso à educação superior (RAWLS, 1997; MCCOWAN, 2007). Dessa forma, essa política viabiliza o fortalecimento de estudantes de famílias de baixa renda, seu *empowerment* (PINTO, 1988).

O ProUni promove, assim, a redistribuição de poder no campo educacional – um espaço das relações de força entre os agentes detentores de diferentes volumes de capital cultural (BOURDIEU, 1974, 2000). Por fim, devido ao fato de esses estudantes necessitarem recorrer ao Programa a fim de vencerem a barreira financeira de acesso ao ensino superior, com o qual, dada a sua pouca familiaridade com o meio acadêmico, possuem um maior estranhamento, eles são chamados de *outsiders* nesse nível e setor educacional (ELIAS e SCOTSON, 2000). Da mesma forma, exatamente por se afastarem negativamente das expectativas em termos de acesso ao diversos níveis educacionais – ou seja, por terem baixa renda e formação na rede pública de ensino –, constituem uma categoria que pode ser estigmatizada no interior das IES (GOFFMAN, 1978).

Como métodos e técnicas de coleta de dados, este estudo utilizou-se de: dados bibliográficos; relatórios da Unesco; pesquisas em *sites* da América Latina e de IES brasileiras; consultas à base de dados do Ministério da Educação (MEC/ProUni), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e de entrevistas semiestruturadas.

O contato inicial com os entrevistados – devido ao sigilo de informação, por parte das instituições, de quem é beneficiado pelo Programa – deu-se de maneira informal. A noção de *corpus*, na qual se amplia a coleta de dados qualitativos até que não se descubra mais variedade, fez-nos atuar até o chamado ponto de saturação e determinou a quantidade de entrevistas necessárias a serem realizadas (BAUER; AARTS, 2002). Fizeram-se, assim, 18 entrevistas no período de junho a outubro de 2010. Os bolsistas entrevistados encontravam-se matriculados em quatro diferentes IES privadas confessionais, localizadas na cidade de Porto Alegre e sua Região Metropolitana, frequentando um total de 10 cursos de graduação tradicionais.

A análise de conteúdo (AC), por sua vez, foi realizada em textos escritos, construídos no processo de pesquisa. Trata-se, sobretudo, de transcrições de entrevistas (BAUER, 2002). Como recursos de visualização e organização da AC, utilizaram-se mapas de associação de ideias (SPINK; LIMA, 1999).

A primeira etapa de análise do ProUni, correspondente ao grau de influência das estruturas políticas (*polity*), tem início a seguir.

A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO MUNDO

A educação como um direito pressupõe a garantia de acesso e de um mínimo de qualidade a ser construído por todos aqueles que transitam pelo sistema de ensino. O ensino superior, dessa maneira, não deve estar longe desse pressuposto. Significativas discussões em torno do tema foram iniciadas por um importante órgão de pressão dos governos nacionais: a Organização das Nações Unidas. Devemos, assim, destacar o papel por ela desempenhado como promotora desse debate, bem como compreender quais são os eventos que contribuem decisivamente para essas discussões.

Um importante marco se deu no ano de 1990, quando se realizou, em Jomtien, Tailândia, a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, que deu início ao movimento Educação Para Todos (EPT). A segunda edição foi nomeada de Fórum

(cc) BY-NC-ND

Mundial da Educação e ocorreu no ano de 2000, em Dacar, no Senegal. Nessa oportunidade, reafirmou-se o empenho da EPT e determinou-se que até 2015 todas as crianças deveriam ter acesso à educação básica gratuita e de boa qualidade (UNESCO, 2010). Percebendo-se a educação como condição indispensável para se alcançar o desenvolvimento das nações, acordado internacionalmente nos Objetivos do Milênio, reforçou-se o compromisso dos governos, das ONGs, sociedade civil, agências de cooperação bilaterais e multilaterais e da mídia de lutar pelo oferecimento da educação básica para todas as crianças, jovens e adultos.

Dando continuidade a esse processo que busca assegurar a todos o ingresso, a participação e a aprendizagem nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, elaborou-se em Paris, em 1998, a Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação. Nesse documento, foram expostas as ideias de missões e funções da educação superior e foi indicado como um dos objetivos centrais o abrandamento das desigualdades por meio de ações e de políticas que visem à equidade.

De acordo com a Unesco (2008), ainda que o mundo tenha experimentado um grande crescimento da educação superior – passando de 13 milhões em 1960, para 132 milhões em 2004 –, o acesso e a possibilidade de permanência nesse nível de ensino apresentam grandes desigualdades. É nesse panorama que se acentua a discussão sobre a promoção da equidade em diferentes regiões do globo e no Brasil.

Em meio ao movimento mundial de valorização da educação e da produção de conhecimento, em 2001, o então presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a lei que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE). Composto por uma série de ações, o PNE previa, por exemplo, a incorporação de pelo menos 30% dos jovens de 18 a 24 anos na educação superior até 2010. Entretanto, de acordo com os dados da PNAD, no ano de 2007, esse porcentual ainda se encontrava muito aquém do almejado, correspondendo a apenas 13,21% dos jovens dessa faixa etária.

Em 2007, dando continuidade ao esforço de cumprimento das metas estabelecidas pelo PNE, o governo federal – já sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva – apresentou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Esse Plano tem por base uma concepção substantiva de educação que perpassa todos os níveis e modalidades educacionais e volta-se à consecução de objetivos presentes na Constituição.

O PDE prima por uma visão sistêmica da educação e pela sua relação com a ordenação territorial e o desenvolvimento econômico e social. O Plano se sustenta em seis pilares: i) visão sistêmica da educação; ii) territorialidade, iii) desenvolvimento, iv) regime de colaboração, v) responsabilização e vi) mobilização social. Eles, em conjunto, representariam os desdobramentos de princípios e objetivos constitucionais, buscando expressar o enlace necessário entre educação, território e desenvolvimento, de um lado, e o enlace entre qualidade, equidade e potencialidade, de outro (MEC, 2007).

O Plano, assim, busca fornecer uma diretriz para a expansão do sistema educacional e enfatiza a necessidade da formulação de ações voltadas a este fim. Uma das políticas públicas elaboradas e implantadas pelo Estado, guiada no sentido do combate à pobreza do direito de acesso e permanência no ensino superior, é o ProUni. O Programa, atuante no setor privado, como uma política social, busca assegurar a possibilidade do ingresso e manutenção de estudantes de baixa renda nesse nível de ensino (HÖFLING, 2001; FERNANDES, 1991; VILLALOBOS, 2000).

Para uma melhor compreensão do desenho do ProUni, e dando continuidade à perspectiva da *policy analysis*, segue-se a segunda etapa: o funcionamento do Programa.

(cc) BY-NC-ND

O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS

Criado por meio da Medida Provisória nº 213/2004, convertida na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, o ProUni passa a integrar o quadro de ações que compõem o PDE. Com o objetivo de reservar vagas em IES privadas – com ou sem fins lucrativos – para estudantes de baixa renda não portadores de diploma de curso superior, o ProUni oferta bolsas de estudo na forma de desconto integral ou parcial (50% e 25%) sobre os valores cobrados para cursos de graduação tradicionais (duração de 4 anos) e sequenciais de formação específica (2 anos). As bolsas, ainda, compreendem a totalidade das semestralidades ou anuidades escolares. No que se refere ao auxílio à permanência desses estudantes nas IES, o Programa articula-se com outras ações, como: a Bolsa Permanência, o Programa de Estágio da Caixa e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) – que possibilita ao bolsista parcial financiar até 100% da mensalidade não coberta pela bolsa do ProUni.

Em 2010, 1.400 IES participaram do Programa. O ingresso dos estudantes nas instituições, por sua vez, não se dá por meio da forma tradicional – o vestibular –, mas pelo aproveitamento da nota de desempenho obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Para um candidato ser contemplado com bolsa integral, sua renda familiar *per capita* não pode ser superior a 1,5 salário mínimo (R$ 817,50); quanto à bolsa parcial, pode ser concedida para estudantes com renda familiar *per capita* de até três salários mínimos (R$ 1.635). É necessário que o candidato tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral; ou ainda que seja afrodescendente, indígena ou portador de deficiência. Professores da rede pública de ensino também podem se candidatar, porém para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia – destinados à formação do magistério da educação básica (MEC/PROUNI, 2010).

Os pré-requisitos para a candidatura ao ProUni, nesse sentido, demonstram o caráter equitativo do Programa, uma vez em que buscam assegurar uma nova possibilidade de acesso à educação aos estudantes *outsiders* do nível superior, ou seja, provenientes de famílias de baixa renda – sujeitos à discriminação econômica –, e aos pertencentes a minorias. Cabe lembrar que a nova demanda do ensino superior já não parte dos alunos "normais"[1], mas, precisamente, daqueles pertencentes às duas populações mencionadas (ELIAS; SCOTSON, 2000; GOFFMAN, 1978). Para Camargo (2004, p. 70), entretanto,

> [...] a qualidade de um programa social – no sentido de atingir os objetivos propostos pela sociedade – depende da escolha correta da clientela à qual ele está direcionado; do seu desenho garantir que os recursos sejam efetivamente apropriados por esta clientela; de o desenho do programa estar de acordo com as necessidades desta clientela, gerando os incentivos corretos, ou seja, induzindo as pessoas a se comportarem de tal forma que os objetivos sejam atingidos. (*Apud* MADEIRA, 2008).

Desse modo, após a breve descrição da camada populacional a ser beneficiada pelo Programa, cabe analisar a atuação do ProUni no que diz respeito à redistribuição de recursos – nomeadamente, ao acesso à educação –, ao suprimento de necessidades desses estudantes e à geração de incentivos para o alcance de seus objetivos.

O processo de candidatura, a redistribuição de oportunidades e os direitos e deveres dos bolsistas

O cadastramento do candidato que preenche os requisitos anteriormente expostos ocorre exclusi-

(cc) BY-NC-ND

vamente pela internet, podendo ele fazer a escolha de até três cursos na ordem de sua preferência – na mesma instituição ou em diferentes instituições credenciadas. A seleção dos bolsistas é realizada em duas etapas: a primeira se baseia nos resultados e no perfil socioeconômico declarado no questionário preenchido quando inscrito no ENEM; a segunda é realizada pelas próprias instituições, as IES, que definem a lista final dos estudantes escolhidos a partir dos nomes enviados pelo MEC com base nas notas de desempenho. No decorrer do processo seletivo efetuado pelas IES, os candidatos podem fazer um acompanhamento diário – via internet – de suas chances de ingresso no curso e na instituição de preferência, tendo por base a pontuação obtida no ENEM. Dessa maneira, eles podem readequar suas escolhas em virtude das possibilidades de terem suas solicitações atendidas, guiados pela busca de uma maior simetria entre esperanças (*illusio*) e oportunidades (*lusiones*) (BOURDIEU, 2001).

Até 2008, exigia-se que o candidato tivesse obtido, no mínimo, 45 pontos na média entre as duas partes da prova (objetiva e redação) num total de 100 pontos cada. A partir de 2009, com as reformulações do exame, passa a ser exigido o mínimo de 400 pontos (num total de 1.000) na média das cinco notas obtidas nas provas do ENEM – quais sejam: (a) linguagens, códigos e suas tecnologias; (b) ciências humanas e suas tecnologias; (c) ciências da natureza e suas tecnologias; (d) matemática e suas tecnologias; e (e) redação. Cabe ressaltar que, quanto maior a nota obtida, maiores as chances de o candidato escolher o curso e a instituição em que irá estudar.

É importante perceber, desse modo, que a opção por parte dos candidatos pelo curso e instituição é o produto final de escolhas estratégicas. Ainda que as razões difiram entre os estudantes, baseiam-se no seu campo de possibilidades – probabilidade de obtenção da vaga com a nota de desempenho no ENEM – ou em cálculos a curto ou longo prazo.

> Na realidade, sendo bem sincera, eu queria fazer a faculdade. A universidade eu não cheguei a pesquisar qual que era melhor ou não, eu fui, realmente, nas opções que tinham. Eu vi a minha média, a média que estava mais ou menos nas universidades e foi bem assim. Não foi muito... ver qualidade e essas coisas assim, eu não analisava isso. Por vir do interior, também, a gente não tem noção dessas coisas, né? Pra quem é do interior, qualquer faculdade é boa, só por ser universidade. (Relato de uma bolsista do curso de Serviço Social).

> Eu já havia escolhido [o curso] no ensino médio. Eu pensava e penso ainda em usar o Direito como um instrumento de transformação social. Por tudo que eu vi na minha vida, de como o Estado é ausente nas questões das pessoas que moram lá na vila que nem os meus pais. Meus pais estão sendo esbulhados agora. A gente procura se socorrer pelo Estado e a gente não tem assistência nenhuma. Então, eu achei que através desse curso eu pudesse me realizar. (Relato de uma bolsista do curso de Direito).

Na continuidade do processo de candidatura, após serem selecionados, os estudantes devem comparecer às respectivas instituições e apresentar uma série de documentos para a efetuação de sua matrícula. São eles: cédula de identidade, comprovante de residência, comprovante de rendimentos do candidato e da família. Grande parte dos entrevistados mostrou-se de acordo com os documentos exigidos, considerando-os adequados. As exceções, porém, dizem respeito às dificuldades de comprovação dos rendimentos provenientes de atividades autônomas e à pequena margem de possibilidade de aumento de ganhos no decorrer do período de estudos, o que pode vir a acarretar na perda da bolsa ProUni.

> Na hora de trazer os documentos eu não fui aprovada, por trinta reais, alguma coisa assim. Então

(cc) BY-NC-ND

> eu vim aqui e daí eles me deram a chance de ganhar a bolsa, eles foram bem legais nessa parte... Então eu comprovei o porquê dos trinta reais. Porque, na verdade, a renda da minha avó não vem pra mim. A renda que eu tenho é uma pensão do meu pai e o que eu trabalho, isso é o que me sustenta. Então eles aceitaram, analisaram realmente e aí eu consegui. (Relato de um bolsista do curso de Arquitetura).

> No ano passado, eu trabalhei de madrugada, né? Eu trabalhava no Mc[Donald's] e aí chegou a época, lá no final do ano que eu tinha que fazer a renovação e trazer os documentos... Daí, tipo, eu entreguei os documentos e tal... Daí, claro, eu estava trabalhando então a renda aumentou um pouco aí eu sei que, assim, o limite lá pra minha mãe e eu seria de 1.500 [reais], aí a renda de nós duas acabou ficando 1.800, e por causa destes 300 reais, a minha matrícula ficou trancada. E a minha sorte... assim, foi que eu tinha saído do Mc em novembro, aí eu tive que trazer uma documentação de que eu tinha saído do Mc pra que eles liberassem a minha matrícula. Como se, com 300 reais eu conseguisse pagar uma faculdade de... sei lá, 5.000 [reais] por mês. E esses 300 ainda divididos, né? Seria 150 a mais por pessoa – 150 a mais pra mim e 150 a mais pra minha mãe... (Relato de uma bolsista do curso de Medicina).

No que diz respeito à redistribuição de oportunidades, segundo as regras do Programa, as IES que a ele aderirem devem oferecer, no mínimo, 1 bolsa integral para o equivalente a 10,7 estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados ao final do correspondente período letivo anterior. Alternativamente, em substituição a esse requisito, as IES podem oferecer 1 bolsa integral para cada 22 estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados – desde que ofereçam, adicionalmente, quantidade de bolsas parciais de 50% ou de 25% na proporção necessária para que a soma dos benefícios concedidos atinja o equivalente a 8,5% da receita anual dos períodos letivos que já têm bolsistas do ProUni em cursos de graduação ou sequencial de formação específica (PALÁCIO DO PLANALTO, 2005).

Essa exigência permite uma redistribuição de oportunidades de estudo, uma vez que as vagas devem ser oferecidas em todos os cursos da instituição e não somente nos de menor mensalidade ou de pouca procura. Essa condição permite, em parte, contrariar a tendência alertada por Bourdieu e Passeron (2008) de que os excluídos são incluídos no sistema de ensino, mas ficam restritos a diplomas desprestigiados no mercado educacional e profissional.

As maiores possibilidades de ingresso no mercado de trabalho, ao lado de outros fatores, também dependem de oportunidades de ampliação de capital cultural e social (BOURDIEU, 1998). Tais situações podem se dar no decorrer da trajetória dos estudantes nas IES – com a realização de monitorias acadêmicas, no envolvimento em pesquisas, da participação em eventos da área de atuação – ou fora delas, por meio da realização de estágios. Outra razão pela qual iniciativas como o convênio do ProUni com a Caixa Econômica Federal para a oferta de estágios, em vigor desde o primeiro semestre de 2008, ganham importância.

De acordo com o portal do MEC, outro passo na ampliação do Programa é a entrada em vigor do ProUni Internacional. A partir do primeiro semestre de 2011, o ProUni começa a oferecer bolsas de estudo em instituições estrangeiras para alunos brasileiros carentes e com alto desempenho escolar. Inicialmente são oferecidas 40 vagas, ao longo de quatro anos, para os estudantes que tenham as melhores notas nas provas do ENEM. Os selecionados para os cursos de graduação têm benefícios como isenção de taxas, passagens aéreas de ida e volta para o Brasil, seguro saúde e bolsas para as despesas com mensalidade e alimentação.

No que se refere aos direitos e deveres dos bolsistas, conforme previsto na Lei nº 11.096, que regulamenta o Programa, a retirada do ProUni por iniciativa própria da instituição antes do término do prazo de vigência do Termo de Adesão

(cc) BY-NC-ND

– ou seja, dez anos – não implicará ônus para o Poder Público nem prejuízo para o estudante beneficiado pelo Programa. Nesse caso, o estudante continuará a usufruir do benefício concedido até a conclusão do curso, respeitadas as normas internas da instituição, inclusive disciplinares. Os bolsistas parciais terão, ainda, prioridade na distribuição dos recursos disponíveis no Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

De acordo com o MEC, cursos que sejam considerados insuficientes, com base em critérios de desempenho do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), por duas avaliações consecutivas serão desvinculados do ProUni. Nesse caso, porém, os estudantes já matriculados não serão prejudicados. As bolsas oferecidas ao curso desvinculado, entretanto, deverão ser redistribuídas proporcionalmente entre os demais cursos da instituição nos processos seletivos seguintes.

É vedado ao estudante o acúmulo de bolsas ProUni – só é permitida a manutenção de uma bolsa –, porém não existe impedimento legal para o bolsista se candidatar à bolsa de iniciação científica. A exceção aplica-se ao caso de o estudante já ser beneficiário da bolsa permanência, oferecida pelo MEC. Nessa situação, é proibida acumulação com quaisquer outras bolsas mantidas com recursos públicos, de qualquer das esferas federativas. Importante destacar que os bolsistas ProUni, bem como todos os outros alunos, estão igualmente regidos pelas normas e regulamentos internos das IES.

Ainda que inexista o impedimento legal de o bolsista ProUni se candidatar a uma bolsa de iniciação científica, porém, outros são os fatores que podem inviabilizar essa escolha:

> Eu tentei concorrer a uma bolsa [de pesquisa na IES], mas desisti da ideia porque não poderia conciliar com o estágio. Isso eu acho na minha concepção um absurdo. Eu acho que eu poderia trabalhar oito horas por dia e fazer uma pesquisa. O dinheiro da pesquisa não te incentiva a ir mais adiante. Pra fazer uma pesquisa, tu tens certas obrigações e certas metas pra cumprir. Mas se a pessoa precisa, a pessoa vai correr atrás. A bolsa é de um valor muito menor do que uma bolsa de estágio. Hoje, uma bolsa de pesquisa de R$ 300 [trezentos reais], não paga nem meu aluguel então pra mim é inviável. (Relato de um bolsista do curso de Teologia).

A liberdade formal de os estudantes se candidatarem às bolsas de pesquisa contrapõe-se às suas reais possibilidades de escolha. Como exposto no relatado anteriormente, a baixa remuneração da atividade, por vezes, leva a se reconsiderar o aproveitamento dessa oportunidade, uma vez que poderia implicar o aumento de privações financeiras, por exemplo.

No que diz respeito ao suporte institucional oferecido ao estudante, de acordo com o MEC, em cada instituição existe sua própria coordenação do ProUni. Segundo o Manual do Bolsista, a coordenação é "o local ao qual os bolsistas do Programa devem dirigir-se para tratar dos procedimentos de rotina com relação a sua bolsa, obter informações e solucionar dúvidas importantes para o seu dia a dia acadêmico" (MEC/ProUni, 2010, p. 3). De acordo com as regras do Programa, a bolsa deve ser atualizada semestralmente – independentemente de o regime acadêmico da instituição ser semestral ou anual. Para renová-la, o estudante deve estar regularmente matriculado e comparecer à coordenação do ProUni em sua instituição, onde será emitido e assinado o Termo de Atualização do Usufruto de Bolsa.

A manutenção da bolsa pelo beneficiário, por sua vez, também estará sujeita ao cumprimento do prazo máximo para a conclusão do curso, somado ao atendimento de requisitos de desempenho acadêmico – ou seja, a aprovação semestral, mínima, em 75% das disciplinas em que se encontrava matriculado. Nesta perspectiva, estas condições gerariam incentivos aos bolsistas. No

(cc) BY-NC-ND

caso de aprovação abaixo desse percentual, excepcionalmente, o coordenador do ProUni, juntamente com os professores responsáveis pelas disciplinas em que houve reprovação, poderá analisar as justificativas apresentadas pelo bolsista para o rendimento acadêmico insuficiente e autorizar, por uma única vez, a continuidade da bolsa.

> Eu tenho muitos colegas [pagantes] que já têm emprego garantido com os pais, não tão nem aí pros estudos. Eles não dão valor, não sabem de onde o dinheiro vem. Vários nem estudam, só vêm pra prova e colam. Nunca recomendaria eles pra ninguém. Eu sei que essa é a minha chance, não posso deixar passar. Dou muito valor pra oportunidade que estou tendo, dou mais valor pra faculdade que pra minha vida. Vivo em função da faculdade. Estudo muito, quero muito aprender. (Relato de um bolsista do curso de Medicina).

> Muitas das dúvidas iniciais, quando eu entrei, era se as notas dos alunos ProUni iam ser iguais às dos outros que pagam, se o interesse e a dedicação deles na faculdade seria a mesma ou menor de quem tá pagando. Eu acho que, pelos exemplos que eu vi, entre aluno ProUni e não ProUni não tem muita diferença. Depende muito de quem tá utilizando essa bolsa. (Relato de um bolsista do curso de Ciências Sociais).

De acordo com Goffman (1978, p. 8), porém, "tendemos a inferir uma série de imperfeições a partir da imperfeição original". Nesse sentido, os estabelecidos no sistema de ensino – quais sejam, todos aqueles alunos pagantes, não beneficiados pelo Programa – esperariam maus desempenhos dos *outsiders* – ou seja, dos alunos bolsistas. Desse modo, o primeiro grupo tem suas expectativas frustradas quando o contrário ocorre. Assim,

> [...] cada vez que alguma pessoa que tem um estigma particular alcança notoriedade, seja por infringir a lei, ganhar um prêmio ou ser o primeiro em sua categoria, pode-se tornar o principal motivo de tagarelice de uma comunidade local; esses acontecimentos podem até mesmo ser notícia nos meios de comunicação da sociedade mais ampla. De qualquer forma, todos os que compartilham o estigma da pessoa em questão tornam-se subitamente acessíveis para os normais que estão mais imediatamente próximos e tornam-se sujeitos a uma ligeira transferência de crédito ou descrédito. (GOFFMAN, 1978. p. 26)

O bom desempenho dos alunos bolsistas, nesse sentido, auxilia no combate às fofocas depreciativas [*blame gossip*] e garante, gradualmente, a conquista da legitimidade de sua presença na instituição e do usufruto dos benefícios (ELIAS; SCOTSON, 2000).

> No início, eu acho que o pessoal [alunos pagantes] desconfiava se os bolsistas iam dar conta [de acompanhar os estudos]. Mas, com o tempo, eles viram que os bolsistas são estudiosos e esforçados, daí foi diminuindo isso. (Relato de um bolsista do curso de Medicina).

> Não só por exigência do curso, mas por uma exigência pessoal, eu tinha essa questão de manter as minhas notas boas. Então, quando chegava essa questão de nota – e muitas vezes a média ficava até superior dos que estavam sem a bolsa –, vamos dizer assim, as pessoas te encaram: "Ah, ele tá aqui. Ele tá pra estudar". (Relato de um bolsista do curso de Ciências Sociais).

Em busca de garantir que o ProUni cumpra seus objetivos, criou-se a Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social (CONAP). Trata-se de um órgão colegiado com atribuições consultivas e que tem por função exercer o acompanhamento e o controle social do Programa, visando ao seu aperfeiçoamento e consolidação.

> A Comissão é composta por representantes do corpo discente das instituições privadas de ensino superior, sendo pelo menos um deles, bolsista do ProUni – designados pela UNE; representantes dos estudantes do ensino médio público – designados pela UBES; representantes do corpo docente das instituições

(cc) BY-NC-ND

> privadas de ensino superior – designados pela CNTE e pela CONTEE; representantes dos dirigentes das instituições privadas de ensino superior – designados pela ABMES e pelo CRUB; além de representantes da sociedade civil, atualmente MSU e Educafro, e de representantes do MEC. (Manual do Bolsista, MEC/ ProUni, 2010).

Desde o início, porém, o ProUni suscitou muitas polêmicas e discussões. De um lado, os críticos argumentavam ser esse um mau emprego de verba pública – por meio da renúncia fiscal das IES – e que esta deveria ser utilizada na expansão de vagas nas universidades federais. O MEC, entretanto, defendia-se com o argumento de que o número de vagas tornadas disponíveis com o ProUni é muito maior. Afirma, ainda, que – em virtude de as IES privadas pagarem à União pelos benefícios da filantropia que lhe é concedida com bolsas de estudos – torna-se mais fácil o controle do benefício da filantropia por parte do Estado (HERINGER; FERREIRA, 2009).

Por fim, dando continuidade às etapas de análise do Programa, segue-se sua terceira fase – correspondente ao seu resultado material concreto (*policy*).

O IMPACTO DO PROUNI

Segundo informações do Sistema do ProUni (SISPROUNI), desde a criação do Programa até o segundo semestre de 2010 foram beneficiados 748.788 alunos, dos quais 68,56% são bolsistas integrais. Quanto à modalidade de ensino, 89,2% estão matriculados no ensino presencial e, destes, grande parte estuda em cursos noturnos (73,9%). No que se refere às categorias administrativas das IES, 49% dos beneficiados estão matriculados em instituições com fins lucrativos, 28% em entidades beneficentes de assistência social e 23% em IES sem fins lucrativos, não beneficentes.

Tabela 1 – **Bolsistas por tipo de bolsa e modalidade de ensino**

	NÚMERO ABSOLUTO	%
INTEGRAIS	513.357	68,56%
PARCIAIS	235.431	31,44%
ENSINO PRESENCIAL	667.575	89,20%
EAD	81.213	10,80%
TOTAL	748.788	100%

Fonte: MEC/SISPROUNI, 2010/2.

(cc) BY-NC-ND

Ainda de acordo com o MEC, até o segundo semestre de 2010 o ProUni ofertou 1.128.718 bolsas, das quais 748.788 foram ocupadas. Como hipóteses explicativas para esse fenômeno, podemos sugerir a desistência ou perda de prazos de comprovação de informações para matrícula devido à burocracia; a seleção do candidato a uma IE que não era a de sua preferência; ou, novamente, o fator econômico – a necessidade de arcar com o valor restante da mensalidade, ainda que obtendo o Fies, poderia vir a desestimular alguns candidatos.

Até o momento, 50,4% dos bolsistas são mulheres e 49,6% são homens. Quanto à cor declarada, 47,62% são brancos, 34,65% são pardos e 12,60% são negros – amarelos e indígenas correspondem a 1,88% e 0,17%, respectivamente. Além disso, cabe ressaltar que o número de bolsistas com deficiência é de 4.885, valor que representa 0,65% do total de bolsas. No que diz respeito ao número de professores da escola básica pública beneficiados pelo Programa, eles já são 7.912, o que equivale a 1,06% das pessoas atendidas.

Dessa maneira, é possível afirmar que o Programa assegurou a esse contingente populacional a redistribuição das oportunidades de acesso, em termos nacionais, a esse nível de ensino. Em realidade, trata-se de estudantes provenientes de grupos sociais que, até bem pouco tempo, tinham pouca ou nenhuma possibilidade de estudo devido à discriminação financeira a que estavam sujeitos.

A perspectiva dos bolsistas

Os 18 bolsistas entrevistados – todos detentores de benefícios integrais – encontravam-se matriculados em quatro diferentes IES privadas confessionais, localizadas na cidade de Porto Alegre e em sua região metropolitana. Os estudantes possuíam entre 18 e 53 anos e estavam matriculados em 10 cursos de graduação tradicionais. A amostra contemplou, ainda: estudantes provenientes de 11 cidades diferentes, provenientes da região metropolitana e do interior do Rio Grande do Sul; originários deste e de outros dois estados; e dois bolsistas ingressantes pela reserva de vagas por cor declarada.

De acordo com as respostas obtidas, pouco mais da metade dos estudantes entrevistados estavam matriculados em cursos noturnos e dois frequentavam curso de horário integral. Quanto ao vestibular, 12 já haviam realizado o exame vestibular anteriormente – 9 deles, em universidades públicas. A média dos gastos declarada por estes alunos, para a manutenção de seus estudos, era de R$ 427 (quatrocentos e vinte e sete reais).

Segundo as respostas obtidas, maior parte dos entrevistados não possuía computador em casa na época em que se inscreveu no Programa. Os locais de trabalho, telecentros, e, sobretudo, as escolas tiveram grande importância por se tratarem da alternativa de acesso a computadores para a realização da inscrição no Programa e para o acompanhamento do processo de candidatura. No que diz respeito às fontes de informação sobre o ProUni, a maioria dos entrevistados respondeu que a escola e a mídia exerceram este papel.

Apreendeu-se que a pobreza de cidadania – ou seja, dos direitos de que os indivíduos são capazes de se apropriar – é combatida com a criação do ProUni e a ampliação das possibilidades de estudo dessa população de baixa renda. Entretanto, a pobreza objetiva – de recursos materiais – continua a existir e, nos casos mais acentuados, inviabiliza ao estudante o aproveitamento da oportunidade de estudo. Desse modo, na inexistência de uma rede de suporte financeiro e material, as instituições passam a ser frequentadas por "excluídos potenciais" (FERNANDES, 1991; BOURDIEU; CHAMPAGNE, 1997).

> Eu tive uma série de dificuldades em relação à transporte, xerox, né? Material de aula, alimentação...

(cc) BY-NC-ND

> E que eu penso que talvez pudesse haver uma redução desses custos pra bolsistas, um cadastro do bolsista que pague menos no restaurante universitário ou no xerox. Porque tu dá o ingresso pra ele, tu permite que ele entre na universidade, mas tu não permite que ele se desloque até a Universidade... Tu não permite que ele coma, se alimente, então eu acho que isso poderia ser mudado, né? Porque pressupõe-se que o aluno que é bolsista, que tem bolsa integral já comprovou uma carência então – se ele comprovou essa carência – ele vai ser carente pras outras demandas que a Universidade vai exigir. [...] Não digo que dê gratuitamente estes serviços, mas que permita o acesso de uma maneira mais econômica. (Relato de uma bolsista do curso de Serviço Social).

A pobreza subjetiva – relacionada às perspectivas de futuro – fez-se notar em diferentes momentos. O combate a esta situação, através do *empowerment* destes agentes, implicou no aumento de possibilidades de projeção de um futuro melhor e de construí-lo a longo prazo.

> Tu vai sair daqui, tu vai ter o teu diploma, tu vai trabalhar numa área tal. Se tu não tem o diploma, tu vai trabalhar como vendedora, secretária. Até tem gente que é muito bom e que tem o ensino médio e que acaba conseguindo uma posição. Mas é raro, são casos raros de gente boa sem ter graduação. (Relato de uma bolsista do curso de Jornalismo).

> Mudou a perspectiva que eu tenho do futuro. Antes eu pensava em simplesmente me formar no que desse pra já tentar um futuro melhor pra mim. Fui fazer Direito, pensando em me formar, mas não era uma coisa que eu seria feliz. Hoje eu já penso, vou me formar, ter um futuro melhor, ajudar os meus familiares a ter melhores condições, tipo minha irmã, meu irmão. Mais principalmente naquilo que eu gosto. (Relato de um bolsista do curso de Medicina).

O *empowerment* dos entrevistados, observado com a ampliação de acesso à educação (poder para), também foi verificado com o aumento do grau de influência sobre amigos e familiares (poder sobre) (PINTO, 1988). O reconhecimento desta política como uma importante propiciadora para a continuidade de seus estudos é expressa na fala de todos os entrevistados. A difusão de informações e incentivos para a participação de outros sujeitos no ProUni, por sua vez, esteve presente na fala da maioria dos entrevistados.

> Se não fosse o ProUni, eu não teria… Eu e outros tantos alunos não teríamos a oportunidade de estar em uma Universidade hoje, porque aqui dentro a gente tem a qualidade de educação. O aluno do ProUni, só vão saber que ele é aluno do ProUni se ele se identificar. Eu sempre me identifico. Porque eu acho que as pessoas devem saber mesmo e ir buscar. Porque eu tenho colegas até na defensoria que estagiavam e diziam que não faziam ProUni porque achavam que não ia dar certo ou porque não chamavam ninguém. Tem outros alunos também que se não fosse o ProUni, não teriam como fazer uma Universidade... (Relato de um bolsista do curso de Direito).

> [Nos sentimos] orgulhosos, tanto eu quanto a minha família de eu poder estudar... Eu acho que uma das coisas mais legais, assim, é quando tu chega num lugar e perguntam o teu grau de instrução, daí tu fala: 'Superior em andamento'. Ninguém sabe se tu é bolsista ou não, não interessa pro outros. Mas pra mim e pra minha família, é muito orgulho, muito orgulho. [...] [E, além disso,] Eu sou mulher, sou jovem, sou negra. Então, quando tu está num espaço – dependendo do espaço que tu está – quando tu diz que está fazendo um curso superior, as pessoas já tendem a te tratar de uma outra forma, né? Não deveriam, mas eles tendem a te tratar com mais respeito parece. (Relato de uma bolsista do curso de Serviço Social).

Quando questionados a respeito do impacto financeiro ocasionado pelo Programa, no momento da formação acadêmica, houve quem mencionasse alguma melhora – ainda que não fosse significativa. Grande parte dos bolsistas, entretanto, alertava para o fato de que esse era negativo em virtude de uma série de outros custos a serem arcados para a manutenção dos estudos.

(cc) BY-NC-ND

Cabe destacar, assim, que o custo da educação não se restringe ao pagamento de mensalidades, pois, também devem ser considerados custos de deslocamento, materiais, etc., bem como as rendas que – em virtude do adiamento do ingresso no mercado de trabalho – deixam de fazer parte dos recursos disponíveis aos estudantes e familiares (SCHULTZ, 1973). Entretanto, o grau de privação financeira enfrentado por esses estudantes, segundo eles, via-se justificado por se tratar de um investimento.

Em relação à receptividade por parte da IES, dos professores e dos demais alunos, as opiniões dos alunos bolsistas ficaram divididas entre terem ocorrido normalmente e terem sentido certa dificuldade. Entretanto, mesmo entre aqueles que relataram que em dado momento se sentiram tratados de maneira diferente, parece haver certa resistência em admiti-lo, pois nem sempre se trata de discriminações explícitas.

> [Não sinto] Preconceito não. Preconceito, de uma forma geral, existe. Até no início do curso havia discussões dizendo: "Ah os alunos do ProUni vão baixar o rendimento da instituição". Havia discussões em aula. (Relato de uma bolsista do curso de Direito).

> No início, tinha bastante discriminação, inclusive, como era o primeiro ano do ProUni, teve manifestações do DCE pela extinção [...], dizendo que o programa tirava a possibilidade de concessão de bolsa que a Universidade possibilitava, e também teve o argumento de que a faculdade ficou mais cara por causa dos alunos ProUni – o que eu acredito não seja verdade. Porém, foi só no início, depois não houve mais preconceitos. (Relato de um bolsista do curso de Direito).

A discriminação do grupo de estudantes bolsistas assenta-se numa teoria do estigma que busca explicar sua inferioridade, elaborada por agentes normais para dar conta do perigo que os *outsiders* representam aos privilégios de acesso ao ensino superior. Cabe ressaltar que essa ideologia tem em sua origem a não aceitação de outras diferenças – nesse caso, as diferenças de classe. Os alunos *outsiders* são estigmatizados por se afastarem negativamente das expectativas em termos de acesso aos diversos níveis educacionais – pela formação em escolas de rede pública e por não terem renda própria para garantir o acesso e a permanência nesse nível de ensino. Para dar sustentação à teoria, elegeu-se, dessa maneira, um fato que justificasse o pertencimento ou não a um grupo superior (ELIAS; SCOTSON, 2000) – o ingresso ter se dado pelo exame vestibular ou pelo ENEM parece exercer esse papel.

> Quando eu entrei aqui [em 2005], tinha gente que desmerecia o ENEM. Porque eu não entrei pelo vestibular, falavam como se eu tivesse entrado na universidade pela porta de trás. E isso não tem nada a ver porque a densidade [candidato/vaga] que eu enfrentei pra conseguir a bolsa foi muito maior no ENEM do que aquela que eles enfrentaram no vestibular. (Relato de um bolsista do curso de Medicina).

> Logo no inicio do curso, quando a gente discutia ações afirmativas, cotas raciais, houve quem dissesse, com argumentos corriqueiros, que eventualmente pode fazer com que o ensino decaia. Diziam também que o ENEM facilitava o ingresso de aluno que talvez não tivessem o preparo adequado. (Relato de um bolsista do curso de Direito).

Para Bourdieu e Passeron (2008), o exame é um dos principais elementos de legitimação da violência simbólica no meio escolar. Os exames escolares reforçam a seleção social e a hierarquia escolar, reforçando, assim, os princípios da hierarquia social. Parece existir, ainda, a hierarquia de legitimidade entre exames (vestibular e ENEM). A hipótese explicativa é de que isso decorreria da tradição e da relação positiva estabelecida por meio da história do vestibular entre as classes em situação privilegiada e os diversos tipos de capitais – assegurando maiores probabilidades de

(cc) BY-NC-ND

sucesso a elas. O papel do Estado em difundir a aceitação e adoção do ENEM como exame legítimo assume extrema importância e corresponde, assim, ao de um agente autorizado.

Importante chamar a atenção, ainda, para a possibilidade de haver a aceitação dos bolsistas de forma condicional e apenas diplomática. Isso porque, segundo Goffman (1978), espera-se que os estigmatizados ajam cavalheirescamente e não forcem as circunstâncias. Eles não devem testar os limites da aceitação que lhes é mostrada, nem fazê-la de base para exigências ainda maiores. A tolerância, dessa maneira, quase sempre faz parte de uma barganha.

> Nunca teve diferenciação. E dos alunos também não. O que acontece às vezes é um comentariozinho de eu falar assim, "Ai, eu acho que eu vou prolongar, vou ficar mais seis meses". Eles dizem: "Ah, claro! Tu pode, não está pagando. Se eu ficar mais meses, vou ficar mais seis meses pagando. Eu ainda poderia ficar mais dois anos se eu quisesse na faculdade". Ou quando estou falando que é muito caro e eles falam: "O que tu sabe? Tu nem paga". Às vezes tem umas coisas assim. (Relato de uma bolsista do curso de Jornalismo).

> Existem pessoas favoráveis e contrárias. Quem sempre critica é quem não é favorecido. Uma pessoa que não tem condições de pagar, por exemplo, vai reclamar que tem pessoas que não pagam. Quem não se enquadra nos requisitos de cota vai reclamar. Então acho que sempre vai ser discutido. […] Num semestre eu comentei que estava fazendo doze disciplinas e eu sempre trabalhei em média em dois ou três serviços alternando os horários e mais outras coisas que eu faço… Alguns trabalhos em *free-lance*, trabalhos com fotografia e filmagens. Então eu comentei que fazia doze cadeiras enquanto que alguns faziam cinco ou seis. Depois eu fiquei sabendo que uma colega disse: ele fala isso porque tem bolsa, ele tem ProUni. (Relato de um bolsista do curso de Direito).

Para Goffman, isso ocorre porque se espera que o estigmatizado se veja, "alegre e inconscientemente, como igual aos normais, enquanto, ao mesmo tempo, se retire voluntariamente daquelas situações em que os normais considerariam difícil manter uma aceitação semelhante" (1978, p. 112).

Ainda que as reações e a receptividade por parte dos demais agentes variem após a identificação dos *outsiders*, existe, entretanto, um conjunto de indivíduos dos quais o estigmatizado pode esperar algum apoio: aqueles que compartilham a mesma condição e os "informados", ou seja, pessoas normais que simpatizam com ela (GOFFMAN, 1978).

> No primeiro semestre que eu estive aqui foi bastante complicado. Porque alguns alunos tinham um critério, isso eles diziam em aula: "Se eu for discriminar um aluno bolsista um aluno cotista, eu vou discriminar bolsista do ProUni". Tinha uma colega que ela defendia, porque não tem mérito nenhum. Eram bem complicadas as discussões. Só que a Universidade fez um trabalho ao longo disso. Tinha até um grupo que era liderado pela professora X e pela professora Y, de acompanhar os alunos ProUni. […] Eu percebi que dependendo da pessoa, ser aluno ProUni ainda é motivo de discriminação. (Relato de uma bolsista do curso de Direito).

Percebeu-se também que, de forma geral, os estudantes entrevistados enxergam-se como pertencentes a uma categoria – uma vez que se encontram na mesma condição, de bolsistas –, porém, não necessariamente vêm a constituir um grupo articulado. Desta maneira, é possível afirmar que uma categoria pode funcionar no sentido de favorecer entre seus membros as relações e formação de grupo, mas sem que seu conjunto total de membros constitua um grupo (GOFFMAN, 1978).

Cabe lembrar que, para Elias e Scotson (2000), entretanto, um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder. A articulação de um grupo re-

(cc) BY-NC-ND

presentante dos alunos bolsistas nas IES, voltado à defesa de seus direitos e deveres, poderia significar um considerável aumento de forças para enfrentamento das fofocas depreciativas [*blame gossip*] – que buscam afixar o rótulo de "valor humano superior" a outro grupo – e, por conseguinte, da estigmatização. Muitas vezes, é por meio desses mecanismos baseados em vários tipos de discriminação que se reduzem as chances de vida dos estigmatizados (GOFFMAN, 1978):

> Mais de uma vez eu pensei em desistir. Não porque eu não tenha capacidade, sou muito esforçado e tenho bom desempenho, mas por conta de situações como essa [de discriminação] eu fico me perguntando se aqui é realmente o meu lugar. (Relato de um bolsista do curso de Direito).

Com a finalidade de promover a igualdade de oportunidades e de direitos nos níveis nacional e regional, criou-se a Associação Nacional dos Universitários do ProUni (GUNA). Essa associação também tem por objetivo organizar os bolsistas e atender suas demandas. -

Da mesma forma que se faz interessante a iniciativa da constituição de um grupo, mostra-se relevante a construção de uma autoimagem sólida, tendo em vista que destruí-la é um dos primeiros passos adotados pelos estabelecidos na tentativa de restabelecimento da ordem. É nesse sentido que publicações como a *Revista ProUni* – que expressam sentimentos compartilhados por outros bolsistas – ganham importância, pois consolidam e estabilizam no leitor a sensação da existência real de seu grupo e sua vinculação a ele.-

CONCLUSÕES

Elaborado como uma proposta de ampliação de oportunidades de acesso ao ensino superior brasileiro para as camadas de baixa renda e minorias, o Programa Universidade para Todos é criado em um momento de grandes discussões ao nível mundial sobre a necessidade de políticas equitativas para a educação. Pautado nos pressupostos da educação como um direito, o Programa se revela uma importante política pública e social em vigor no país.

Criado no ano de 2004 e convertido em lei em 2005, o ProUni não só passa a integrar o quadro de ações do Plano de Desenvolvimento da Educação, mas também se reverte num dos programas carros-chefes do governo federal. Atuante no setor privado, onde se encontra a maior parte das vagas ociosas do ensino superior, o Programa oferece bolsas de estudo para estudantes que estavam sujeitos a uma maior discriminação econômica. O desenho do ProUni, por sua vez, demonstra-se coerente com seus propósitos ao eleger critérios claros para a clientela a ser beneficiada por ele.

Observou-se, entretanto, que o governo deve voltar-se com um olhar mais atento às exigências de documentos comprovativos de renda para a efetuação da matrícula – em especial, quando representam novos empecilhos para estudantes provenientes de famílias cuja principal fonte de renda é uma atividade autônoma. Da mesma forma, destaca-se a importância de se estabelecer uma margem mais clara em termos de possibilidade de aumento de rendimentos desses estudantes, uma vez que, na falta dela, acréscimos não substanciais parecem ser encarados como suficientes para a perda da bolsa nas IES.

As regras que compõem o termo de adesão ao ProUni evidenciam os esforços do governo de, por meio dessa política, garantir oportunidades de estudo às camadas menos privilegiadas, de acesso a diplomas variados – não somente os de pouco prestígio educacional e profissional –, além de buscar solucionar o antigo problema de favorecimento e falta controle de atribuição de bolsas nas IES filantrópicas. Para que se ampliem as possibilidades de ingresso dos alunos bolsistas no mercado de trabalho, entretanto, devem ser pro-

(cc) BY-NC-ND

movidos novos investimentos na criação de oportunidades de ampliação de seus capitais culturais e sociais. O oferecimento de bolsas de pesquisa e o estabelecimento de novos convênios de estágio, por exemplo, revelam-se importantes iniciativas.

O desenho do Programa também demonstra o esforço de se garantirem direitos, bem como de estabelecer os deveres dos beneficiados por essa política. Entre os incentivos gerados pelo desenho do Programa, orientados ao cumprimento de seu objetivo, destaca-se o estabelecimento de um prazo máximo para a conclusão dos cursos e a exigência de aprovação semestral, mínima, em 75% das disciplinas. No caso de serem positivos, tais rendimentos acadêmicos acabam por se revertem em "ganhos de legitimidade" no interior das IES e atuam de forma decisiva na desconstrução de fofocas depreciativas [*blame gossip*].

Desde a criação do Programa foram beneficiados 748.788 alunos – 68,56% são bolsistas integrais. Quanto à modalidade de ensino, 89,2% estão matriculados no ensino presencial, e grande parte destes estuda em cursos noturnos (73,9%). No que se refere às categorias administrativas das IES, 49% dos beneficiados estão matriculados em instituições com fins lucrativos, 28% em entidades beneficentes de assistência social e 23% em IES sem fins lucrativos, não beneficentes. Dessa maneira, é possível afirmar que o Programa assegurou a esse contingente populacional – que teria pouca ou nenhuma possibilidade de estudo – a redistribuição das oportunidades de acesso a este nível de ensino.

Entre as fontes de informação dos entrevistados sobre o ProUni, encontram-se as mídias e as escolas. O desafio da redução da pobreza de cidadania está sendo enfrentado com a criação e implantação dessa política. A coexistência de outras situações de pobreza objetiva, entretanto, deve ser mencionada. Reafirma-se, desse modo, a necessidade do oferecimento de uma rede de suportes financeiros e materiais a fim de reverter as desvantagens dos "excluídos potenciais" no interior das IES. A situação de pobreza subjetiva, por sua vez, dá sinais de diminuição por meio do processo de *empowerment* dos entrevistados.

Segundo relatos, pode-se afirmar a existência de uma teoria do estigma. Baseada na animosidade de classes, por parte de alguns alunos normais, essa teoria possui o exame como importante fator de categorização dos agentes. Importante frisar a aceitação dos bolsistas, por vezes diplomática, como em uma barganha entre as partes envolvidas. Por fim, os agentes "informados" ganham papel destacado como fontes de apoio.

Observou-se, também, que o pertencimento a uma mesma categoria (estudantes bolsistas) não motiva, necessariamente, a criação de grupos. As possibilidades de contraestigmatização dos *outsiders*, nesse sentido, deixam de ganhar força. Agindo favoravelmente para a criação de uma imagem sólida e favorável desses estudantes, sobressaem-se iniciativas como a criação do GUNA e a publicação da *Revista ProUni*. Ambas medidas de grande relevância, uma vez que destruí-la é um dos primeiros passos adotados pelos grupos contrários à política como uma tentativa de restabelecer a ordem.

NOTA

[1] Contrariamente aos estigmatizados, correspondem às expectativas em termos de acesso ao diversos níveis de ensino – quais sejam: não provenientes de famílias de baixa renda e com formação na rede privada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sérgio Campos de. O avanço da privatização na educação brasileira: o ProUni como uma nova estratégia para a transferência de recursos públicos para o setor privado. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal

(cc) BY-NC-ND

Fluminense, 2006. Disponível em: <http://www.bdtd.ndc.uff.br/tde_arquivos/2/TDE-2008-01-16T133941Z-1155/Publico/Dissert-Sergio%20Almeida.pdf>. Acessado em: 15 mai. 2011.

ANDRÉS, Aparecida. O Programa Universidade para Todos (ProUni). Consultoria Legislativa. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008. Disponível em: <http://apache.camara.gov.br/portal/arquivos/Camara/internet/publicacoes/estnottec/tema11/2008_124.pdf>. Acessado em: 07 nov. 2011.

APRILE, Maria Rita; BARONE, Rosa Elisa Mirra. Políticas públicas para acesso ao ensino superior e inclusão no mundo do trabalho – o Programa Universidade para Todos (ProUni) em questão. In.: *Anais do VI Congresso Português de Sociologia*. Disponível em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/182.pdf>. Acessado em: 30 set. 2011.

BAUER, Martin. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*: um manual prático. BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Eds.); tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 189-217.

BAUER, Martin. W; AARTS, Bas. A construção do *corpus*: um princípio para coleta de dados qualitativos. In: *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*: um manual prático. BAUER, Martin W.;

GASKELL, George (Eds.); trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 39-63

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. O capital social: notas provisórias. In: *Escritos de educação*. Maria Alice Nogueira & Afrânio Catani. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 71-80.

_____. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Thomaz. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2000.

_____. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. In: *A miséria do mundo*. Pierre Bourdieu. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 481-486.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução*. Petrópolis: Vozes, 2008.

CAMARGO, José Marcio. Política social no Brasil: prioridades erradas, incentivos perversos. In: *São Paulo em Perspectiva*, v. 18, n. 2. São Paulo: abril/junho de 2004, p. 68-77.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. O ProUni no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. In: *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 96, Especial, p. 979-1000, out. 2006. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acessado em: 03 jun. 2011.

CATANI, Afrânio Mendes; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. O ProUni na encruzilhada: entre a cidadania e a privatização. In: *Linhas Críticas*, Brasília, v. 11, n. 20, p. 55-68, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/5375/4480>. Acessado em: 21 jun. 2011.

CDES. As desigualdades na escolarização no Brasil. Observatório da equidade do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/observatoriodaequidade/>.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERNANDES, António Teixeira. Formas e mecanismos de exclusão social. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3031.pdf> (1991). Acessado em: 07 jul. 2010.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 21, 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>. Acessado em: 25 abr. 2010.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HERINGER, Rosana; FERREIRA, Renato. Análise das principais políticas de inclusão de estudantes negros no ensino superior no Brasil no período 2001-2008. In: *Caminhos convergentes* – Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil.

PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana (Orgs.). Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, ActionAid, 2009. p. 137-162.

HÔFLING, Eloísa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. In: *Cadernos Cedes*, ano XXI, nº 55, novembro de 2001. p. 30-41.

IBGE/PNAD. Síntese de indicadores 2007. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acessado em: 15 mai. 2010.

_____. Síntese de indicadores 2009. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acessado em: 23 nov. 2010.

MADEIRA, L. M. Trajetórias de homens infames: políticas públicas penais e programas de apoio a egressos do sistema penitenciário no Brasil. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/15656>. Acessado em: 27 out. 2010.

(cc) BY-NC-ND

MCCOWAN, T. Expansion without equity: an analysis of current policy on access to higher education in Brazil. *Higher Education*, v. 53, n. 5, p. 579-598, 2007.

MEC. Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Ministério da Educação. Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/livromiolov4.pdf Acessado em: 27 jul. 2008.

MEC/INEP. Censo da Educação Superior 2004. Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/default_portal.htm>. Acessado em: 07 jul. 2010.

MEC/PROUNI. Portal ProUni. Ministério da Educação, 2010. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/> Acessado em: 18 nov. 2010.

_____. Manual do Bolsista ProUni. Ministério da Educação, 2010. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/manual_bolsista_prouni.pdf>. Acessado em: 10 abr. 2010.

MEC/SISPROUNI. Dados e Estatísticas 2010. Ministério da Educação. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/>. Acessado em: 18 nov. 2010.

NEVES, Clarissa E. B.; MORCHE, Bruno; ANHAIA, Bruna C. Educação superior no Brasil: acesso e equidade através das políticas de inclusão social. In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia/GT 06, 2009. Disponível em: <http://www.sbs2009.sbsociologia.com.br/>. Acessado em: 21 nov. 2010.

PALÁCIO DO PLANALTO. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm>. Acessado em: 12 mai. 2007.

PINTO, Carla. *Empowerment*, uma prática de serviço social. In: *Política social*. BARATA, O (Coord.). Lisboa: ISCSP, 1988.

PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano 2009 – Ultrapassar barreiras: mobilidade e desenvolvimento humanos.

PNUD, 2009. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/rdh/> Acessado em: 28 nov. 2010.

RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SCHULTZ, Theodore W. *O valor econômico da educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SEDLAC. Stats 2006. Socio-economic database for Latin America and the Caribbean. Disponível em: <http://sedlac.econo.unlp.edu.ar/eng/statistics.php>. Acessado em: 15 out. 2010.

SEGENREICH, Stella Cecília Duarte. ProUni e UAB como estratégias de EAD na expansão do ensino superior. In: *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 2 (59), p. 205-222, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v20n2/v20n2a13.pdf> Acessado em: 20 set. 2011.

SOTERO, Edilza Correia. Negros no ensino superior – Trajetória e expectativas de estudantes da Administração beneficiados por políticas de ação afirmativa (ProUni e cotas) em Salvador. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br>. Acessado em: 06 ago. 2011.

SPINK, Mary J. P.; LIMA, Helena. Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In: *Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano*: aproximações teóricas e metodológicas.

SPINK, M. J. P. (Org.). São Paulo: Cortez, 1999. p. 93-122.

TEOTÔNIO, Paulo José Freire; SILVA, Flávia Regina Ribeiro da. O Programa Universidade para Todos (ProUni), alternativa para uma sociedade inclusiva? Direitos Humanos, Sociedade e Reforma do Estado, Campinas, São Paulo: Millennium Editora, 2006. p. 49-98. Disponível em: <http://www.feb.br/revistafebre/Prouni_-_Flavia_e_Paulo_Teotonio.pdf>. Acessado em: 04 de mai. 2010.

UNESCO. Analyse comparative de la Convention Concernant la Lutte contre la Discrimination dans le Domaine de l'Enseignement (1960) et des articles 13 et 14 du Pacte International Relatif aux Droits Économiques, Sociaux et Culturels. Organisation des Nations Unies. Paris, France: 2008.

_____. Programas Unesco – Educação. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Disponível em: <http://www.unesco.pt/cgi-bin/educacao/programas/edu_programas.php>. Acessado em: 30 nov. 2010.

VILLALOBOS, Verônica da Silva. O estado de bem-estar social na América Latina: necessidade de redefinição. In: *Cadernos Adenauer*, 2000, n. 1, p. 49-71.

(cc) BY-NC-ND